



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

DEPARTAMENTO DE LETRAS

**SELEÇÃO DE MONITOR NÍVEL I**

**EDITAL N.º 011/2025**

A Universidade Federal de Viçosa e o Departamento de....., através do presente edital, informam que se encontram abertas, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, as inscrições para seleção de 01 **monitor(es) Bolsista, nível I**, para atuar(em) na(s) disciplina (s) **LET 292 - Semântica**, pelo período de um semestre letivo, em conformidade com a Resolução N° 03/2019 do CEPE.

2. Poderão inscrever-se estudantes do curso de graduação que já tenham cursado com aprovação um mínimo de **320 horas** da matriz curricular do seu curso, no ato da assinatura do Termo de Compromisso, e obtido **nota maior ou igual a 75** na(s) disciplina(s) do concurso.

3. No ato da inscrição, os candidatos deverão encaminhar para o e-mail **marcinhapena@ufv.br** ou entregar pessoalmente na Secretaria do DLA o Histórico Escolar e o requerimento de inscrição preenchido.

4. A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão examinadora, constituída por três professores, indicados pelo Departamento de Letras.

5. O exame dos candidatos constará de prova escrita e oral e da análise do histórico escolar:

5.1. Cada examinador atribuirá nota, de zero a 100, à prova escrita, à prova oral e ao histórico escolar;

5.2. A nota final da avaliação da prova escrita, da prova oral e da análise do histórico escolar será a média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores. A nota final do candidato no processo seletivo será a média aritmética das notas finais de cada prova e do histórico escolar.

6. A nota mínima para aprovação no concurso será de 75 pontos.

7. A admissão obedecerá à ordem de classificação dos candidatos. Em caso de notas finais iguais, terá preferência o candidato que apresentar maior carga horária cumprida no seu curso; persistindo o empate, aquele que apresentar maior coeficiente de rendimento acadêmico.

8. A divulgação dos resultados far-se-á pelo Departamento ou Instituto em cada etapa do processo seletivo e após a realização da última avaliação, dando-se conhecimento das notas por examinador e da nota final, com a respectiva classificação.
9. O processo seletivo terá validade de um ano, para efeito de contratação.
10. Ao candidato admitido será concedida bolsa de monitoria, conforme definição do Conselho Universitário (CONSU), em resolução específica.
11. No ato da inscrição, serão entregues aos candidatos o conteúdo programático e a bibliografia indicada da(s) disciplina(s) do processo seletivo, com informação das datas, dos horários e dos locais de realização das provas, dentre outros esclarecimentos julgados necessários.

Viçosa, 26 de agosto de 2025. .

Documento assinado digitalmente



APARECIDA DE ARAUJO OLIVEIRA

Data: 26/08/2025 12:35:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Chefe do Departamento/Diretor  
Assinatura e carimbo

## **Conteúdo programático**

Fundamentos semióticos: ícones, índices, símbolos – indicialidade, iconicidade e simbolismo nas línguas naturais.

Conhecimento linguístico X conhecimento enciclopédico

Significado literal e não literal

Semântica referencial: Intensão, extensão, denotação, referência; substantivos próprios, substantivos comuns, expressões dêiticas. Implicação ou inferência. Expressões definidas e pressuposição Referência e quantificação. Expressões que denotam propriedades e eventos.

Semântica lexical: Ambiguidade, vagueza, polissemia, homonímia; Relações taxonômicas (hiponímia, hiperonímia e acarretamento). Relações lógicas no léxico: antônimos, reversos, conversos).

## **Bibliografia:**

CANÇADO, M. Manual de Semântica: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

LYONS, J. Semântica I. Traduzido por Wanda Ramos. Lisboa/ São Paulo: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1977.

TAYLOR, J. R. Cognitive Grammar. Oxford: Oxford University Press, 2002. (Oxford Textbooks in Linguistics).

SAEED, J. Semantics, Malden (MA): Blackwell, 1998.

## **Data:**

**Prova dia 03/09 às 9.30h.**

**A entrevista será às 14h.**

## A tese simbólica

Saussure falou de uma língua como um sistema de signos. De acordo com Charles Pierce, um filósofo americano do século XIX, é comum fazer uma distinção entre três tipos de signos: ícones, índices e símbolos. Neste livro, refiro-me ao status dos signos linguísticos como símbolos em vez de ícones ou índices. Assim, é importante elucidar a natureza do signo simbólico em contraste com outros tipos de signos, para melhor caracterizar a natureza distintivamente simbólica da linguagem.

Uma abordagem comum é diferenciar ícones, índices e símbolos em termos da relação entre o significante e o significado.

- Um signo é icônico se houver uma semelhança entre o significado e o significante.
- Um signo é indicial se houver uma conexão natural entre o significado e o significante.
- Um signo é simbólico se a relação entre o significado e o significante for estabelecida por convenção.

Essas definições são insuficientes porque deixam de lado o papel do intérprete. A semelhança entre o significado e o significante – a característica que define um signo icônico – tem que ser percebida por alguém. Do mesmo modo, um signo é indicial desde que a conexão entre o significado e o significante seja reconhecida por alguém. Com relação aos símbolos, certamente, o intérprete tem que reconhecer (e ser familiar com) a convenção que associa o significante ao significado. Mas, apesar de a convencionalidade da relação significante-significado poder ser característica de um símbolo, ela não pode ser considerada uma característica definidora. A questão é que o símbolo deve ser usado intencionalmente para designar um conceito. O que torna a relação entre ['ah.vo.ri] e [ÁRVORE] simbólica é o fato de que uma pessoa que usa a forma fonológica ['ah.vo.ri] faz isso para designar um conceito [ÁRVORE]. Um gravador, um sintetizador de fala ou um papagaio, que produzem um som interpretável aos ouvidos humanos como uma ocorrência de ['ah.vo.ri] não está envolvido em um comportamento simbólico.

## Ícones

Um ícone se parece com a coisa que ele representa. No caso mais simples, a forma do signo imita seu significado – o signo “se parece com” ou “soa como” a coisa que ele deve representar. Muitos signos públicos (tais como placas de trânsito) são icônicos nesse sentido. Por exemplo, um signo representando um cruzamento com linha férrea pode apresentar um pequeno desenho de uma linha de trem, e uma  pode representar um hotel nas vizinhanças.

Aquilo que podemos denominar **iconicidade imitativa** desempenha um papel apenas marginal na linguagem. Existem, evidentemente, as chamadas palavras onomatopaicas – por

exemplo, o verbo *miar* ou *cuco*, para designar o gato e o relógio – cuja pronúncia sugere o significado. Ocasionalmente, a iconicidade diz respeito à forma escrita da palavra, em vez de sua pronúncia – por exemplo, *retorno em U*, *decote V*, *curva em S*. O número de palavras imitativas em qualquer língua tende a ser muito pequeno e, mesmo assim, para muitas dessas palavras, a relação som-significado não é direta. Embora a palavra *cuco* lembre o chamado do pássaro, *cuco* não designa esse chamado, mas sim o pássaro. Além disso, muitas vezes, certas palavras que os falantes da língua percebem como onomatopeias podem não ser percebidas por estrangeiros que não conhecem a língua; a relação icônica é evidente apenas para os falantes que aprenderam a associação som-significado.

Por outro lado, se prestarmos atenção para aquilo que podemos denominar **iconicidade estrutural**, na qual algumas características da estrutura de uma forma fonológica correspondem a aspectos da estrutura semântica, teremos que atribuir um papel mais proeminente à iconicidade. Consideremos o fato de que em muitas línguas os substantivos no plural são mais longos (contêm mais material fonológico) que as formas correspondentes no singular; esta iconicidade reflete o fato de que substantivos plurais designam mais coisas que substantivos no singular. O comprimento de uma expressão também pode estar correlacionado à complexidade do conteúdo conceitual. *Aquela casa ali adiante no morro* especifica o conceito com certo detalhamento e, assim, dá ao ouvinte instruções de como identificar o referente da expressão. Podemos usar o pronome *ela* para nos referirmos à mesma entidade, um uso que só seria apropriado se o referente pretendido já tivesse sido conceitualizado e propriamente identificado.

Além da **iconicidade de quantidade**, podemos identificar a **iconicidade sequencial** e a **iconicidade de proximidade**. Considere a questão da ordem das palavras (ou mais adequadamente, a ordem dos constituintes). Os três constituintes de uma oração transitiva – Sujeito, Verbo e Objeto – podem, em princípio, ser ordenados de seis maneiras, e as línguas realmente diferem com relação à ordem preferida de S, V e O. Entretanto, a vasta maioria tem S antes de O. Enquanto SVO, SOV e VSO são amplamente encontradas, OSV, OVS e VOS são extremamente raros. A razão para isso, evidentemente, é que o Sujeito é o “ponto de partida” conceitual para a conceitualização de um processo transitivo, e sua posição antes do Objeto reflete esse fato iconicamente. A iconicidade sequencial também se manifesta na ordem na qual as orações são pronunciadas. Geralmente, quando narramos uma série de eventos, um falante vai se esforçar por mencionar os eventos na mesma ordem em que ocorreram. *Eles se casaram e tiveram um filho* seria interpretada como a narração de dois eventos que aconteceram nessa ordem. Um desvio da ordem icônica careceria de algum tipo de marcação linguística (*Eles tiveram uma criança depois de terem se casado*).

A iconicidade de proximidade é manifestada no fato de que as coisas que estão conceitualmente próximas tendem a permanecer próximas fonologicamente. Embora as

línguas possam diferir com relação ao fato de o objeto preceder ou suceder o verbo, o objeto **frequentemente** aparece adjacente ao verbo, imediatamente antes ou imediatamente depois; adjuntos adverbiais que se interpõem não são permitidos. A proximidade conceitual frequentemente proíbe a inserção mesmo de pausas de hesitação ou expressões parentéticas como *eu acho*. Seria estranho dizer que o livro estava 'sob a cama – eu acho – de casal'. *Cama de casal* é uma unidade conceitual muito bem tecida, cujos componentes não são facilmente separados.

Embora os efeitos da iconicidade estrutural sejam disseminados (e tenham sido invocados como um princípio explicativo por estudiosos como Haiman (1985) e Givón (1989), a iconicidade é, de algumas maneiras, uma noção muito problemática. Primeiro, a iconicidade é claramente uma questão de gradação; mesmo palavras onomatopaicas diferem grandemente no grau em que a forma se assemelha ao seu significado. Paradoxalmente, entretanto, é difícil pensar em um signo totalmente icônico. Um signo totalmente icônico, no qual o significante se assemelha ao significado em todos os aspectos, seria idêntico à coisa que ele representa, e, assim, não seria chamado de signo. Além disso, signos icônicos geralmente exibem certo grau de convencionalização e, nesse sentido, assumem características de um símbolo. Embora as formas plurais em algumas (mas, de modo algum, em todas) as línguas possam conter mais substância fonológica que as formas singulares correspondentes, o usuário da língua não pode usar o princípio da iconicidade para criar uma forma plural; ele terá ainda que aprender *como* os plurais são formados, em qualquer instância. Outro fator que se deve ter em mente é isso: para cada exemplo que possa ser citado como uma instância de iconicidade, geralmente é possível citar exemplos em que a mesma é violada. Pode-se dizer que a ocorrência obrigatória do objeto direto junto ao verbo em inglês reflete a forte relação conceitual entre um verbo e seu objeto; eu diria que *I like cherries very much*, e não ? *I like very much cherries*. Entretanto, em francês o adjunto adverbial tem que ficar entre o verbo e o objeto: *J'aime beaucoup les cerises* vs. *J'aime les cerises beaucoup*. (O mesmo em português). Assim, o francês é menos 'icônico' que o inglês? Nesse caso, pode-se dizer que em francês a obrigatoriedade do adjunto adverbial com o verbo reflete iconicamente a forte associação conceitual entre o adjunto adverbial e o verbo que ele modifica. Os perigos dessa abordagem se tornam evidentes. A iconicidade pode, na melhor das hipóteses, ser citada como um fator que motiva a convenção linguística, mas as convenções propriamente ditas não podem ser reduzidas a princípios de iconicidade.

Como já observamos, a própria noção de semelhança traz implícito o intérprete – a semelhança tem que ser percebida por alguém. Além disso, a semelhança tem que ser a semelhança *de* algo *a* outra coisa. Tradicionalmente, na linguística, a iconicidade é compreendida em termos de uma semelhança percebida entre o significante e o significado, entre a estrutura fonológica e a estrutura semântica, entre o som e o significado.

Compreendida dessa forma, a iconicidade desempenha um papel importante, embora limitado, no sistema linguístico. Podemos também estender a noção de iconicidade à similaridade percebida entre estruturas fonológicas, entre estruturas semânticas e estruturas simbólicas. Uma enunciação da palavra *árvore*, em um evento de fala específico, pode não se parecer com o conceito [ÁRVORE], mas certamente se assemelha a outras enunciações da palavra. Ao reconhecer essas semelhanças é que uma pessoa identifica as diferentes enunciações como ocorrências de uma mesma palavra.

O reconhecimento de semelhanças é a força vital do uso da língua. As semelhanças não são, para repetir, semelhanças entre som e significado, mas semelhanças entre um padrão sonoro e outro padrão sonoro e entre uma conceitualização e outra conceitualização, e entre diferentes usos de uma mesma unidade simbólica em diferentes ocasiões. Se nós estendermos a noção de iconicidade a esses tipos de semelhanças, então nós teremos que considerar iconicidade como um ingrediente essencial da linguagem e do uso da língua.

## **Índices**

Um índice, também chamado um sintoma, representa algo com o qual ele tem alguma conexão, conhecida ou presumida; geralmente, a relação é causal ou presumida como causal. A fumaça é um índice de fogo: a fumaça, como sabemos, é causada pelo fogo; assim, se há fumaça, tem de haver fogo. Os sinais médicos são um indício da doença – eles são causados pela doença, são a manifestação explícita da doença, e um médico habilidoso pode diagnosticar uma doença pela observação dos sinais. Os animais (e seres humanos), quando andam por aí, podem deixar marcas – as marcas são o signo indicial do trajeto de que o animal (ou ser humano) passou por ali, e dessa forma, da presença do animal (ou seres humanos) em algum outro ponto anterior no tempo.

Uns tantos aspectos da linguagem são indiciais, no sentido descrito acima. Esses aspectos podem, na verdade, ser causados por outra coisa. Eles podem ser percebidos como sujeitos a uma relação causal, e são interpretados como sinal dessa outra coisa. Um estado de embriaguez pode fazer uma pessoa perder o controle dos articuladores e, conseqüentemente, uma fala embolada e imprecisa pode ser um índice do estado embriagado do falante. Um tom elevado poderia ser um índice de agitação; rouquidão pode ser um índice de uma dor de garganta; o sotaque ou o dialeto de uma pessoa pode ser o indício de suas origens geográficas, sociais ou educacionais. Mesmo o fato de que você fala a língua X em vez da língua Y é um índice – ele transmite a ideia de que você, por acaso, foi criado em uma comunidade que fala a língua X, em vez da língua Y.

O status de signos indiciais torna-se de algum modo menos claro, entretanto, se uma pessoa tenta manipular tais signos para expressar um conteúdo conceitual que está em desacordo com o valor indicial do signo. Suponha que eu ligue para o escritório numa

segunda-feira de manhã, querendo um dia de folga. Eu tento adotar uma voz rouca a fim de sustentar a alegação de que eu estou sofrendo de uma infecção na garganta. Ao fazê-lo eu espero que o meu ouvinte interprete o valor indicial de uma voz rouca pelo valor de face, e que não atribua nenhuma intenção comunicativa desonesta da minha parte. Eu assumo que os signos indiciais não podem mentir. Mas o meu interlocutor pode ser mais esperto do que eu imagino e possa suspeitar que eu esteja simplesmente fingindo uma voz rouca. O status indicial de uma voz rouca fica subvertido uma vez que eu conscientemente tente comunicar algo em desacordo com o valor indicial do signo, e uma vez que os ouvintes se tornem alertas a isso. Em tal situação, o signo indicial está sumindo atributos de um símbolo.

O status dos signos indiciais se tornam mais complicados de uma outra maneira, se nós permitirmos que uma relação indicial não seja causal, mas possa ser fixada com base na coocorrência frequente. Os cães de Pavlov, após serem treinados para esperar que aparecesse comida logo depois que um sino soasse, passaram a tratar o sino tocando como um índice de alimento que está vindo e iriam salivar meramente ao ouvir o sino. Falando objetivamente, não existe uma relação causal aqui o aparecimento do alimento não era causado pelo tocar do sino nem o iminente surgimento do alimento causava o tocado sino. Os cães associavam os dois eventos como componentes de um cenário que ocorria com frequência.

Se estendermos a amplitude das relações indiciais para cobrir a associação aprendida entre dois eventos, de tal forma que a ocorrência de um nos causa esperar a ocorrência de outro, teremos que admitir que mesmo a relação entre significante e significado poderia ser indicial. Os falantes de português aprenderam uma associação convencional do conceito [ÁRVORE] com o padrão sonoro ['ah.vo.ri]. Para os falantes de português, essa é uma associação natural. Embora eu possa dizer a mim mesma que a relação seja puramente convencional, seria errado aplicar a forma fonológica ['ah.vo.ri] para algo que não fosse uma árvore ou chamar uma árvore por meio de outra forma fonológica. Uma vida inteira de exposição ao português me condicionou a aceitar a associação convencional.

## **Símbolos**

Como bem se sabe, Saussure via a arbitrariedade da relação entre significante e significado como a essência do signo linguístico. A forma fonológica ['ah.vo.ri] tem o significado que tem em português simplesmente porque esta é a maneira que é em português; e não existe um meio pelo qual as árvores “causem” o som ['ah.vo.ri]; nem o som ['ah.vo.ri] de algum modo se parece com o conceito que é significado. A relação entre significado e significante tem que ser aprendida, a relação tem que ser respeitada e, se o signo linguístico é para servir à comunicação interpessoal, o conhecimento dessa relação tem que ser compartilhado pelos membros da comunidade de fala.

Na verdade, precisamos distinguir pelo menos dois aspectos da arbitrariedade. O primeiro diz respeito à ausência de motivação. Como Langacker (FCG-I, p. 12) observa, o caráter arbitrário (isto é, não motivado) dos signos linguísticos é facilmente exagerado, especialmente com relação a unidades que sejam complexas internamente. O fato de que a expressão *apontador de lápis* tenha o significado que tem é fortemente motivado pelos significados dos morfemas componentes e os esquemas pelos quais eles são combinados. A iconicidade imitativa e, especialmente, a estrutural também tornam a associação entre forma e significado não totalmente arbitrária. Além disso é possível alguém explorar relações não arbitrárias (incluindo as indiciais) para fins simbólicos como no caso da pessoa que assume uma voz rouca a fim de fingir uma infecção de garganta.

O segundo aspecto da arbitrariedade diz respeito à convencionalidade da relação entre significante e significado. Embora a expressão *apontador de lápis* seja motivada em seus aspectos semântico e formal, o falante de português tem ainda que aprender que este é o modo convencional de dar nome a esse instrumento, que poderia ter outro nome. A convencionalidade da relação significante-significado provavelmente captura a natureza simbólica da linguagem melhor do que uma insistência na ausência de motivação. Ainda assim, um símbolo não precisa ser convencional. A pessoa que assume uma voz rouca a fim de enganar o ouvinte está usando a qualidade da voz como um signo simbólico. Assumir uma voz rouca não é o modo convencional de se referir a uma infecção de garganta.

O exemplo da voz rouca mostra que enquanto a convencionalização pode ser uma característica dos signos simbólicos, ela não pode ser a sua característica definidora. Qual é, então, a essência de um símbolo?

Qualquer que seja o seu tipo, signos são signos somente para a mente que os percebe como tal. em um universo inerte, sem mentes, não existiriam signos. Porém, se todos os signos requerem uma mente para interpretá-los, isso não quer dizer que é necessário haver uma mente consciente para produzir todos os signos. Os signos indiciais, como vimos, podem ser gerados por eventos naturais. Os símbolos têm a propriedade especial de que eles precisam ser usados intencionalmente. Um signo é uma unidade simbólica se ela for produzida com a intenção de simbolizar um conceito. Um papagaio (ou um gravador ou um computador) que produz um som interpretável para os ouvidos humanos, como no enunciado *tenha um bom dia*, não está envolvido em comportamento simbólico. Uma voz rouca pode ser um sinal de uma garganta irritada; ela se torna um símbolo somente quando é usada com a intenção de enganar o ouvinte. (TAYLOR, 2002, p. 45-50)

Este texto é uma tradução livre e adaptada do original:

TAYLOR, J. R. **Cognitive Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2002. (Oxford Textbooks in Linguistics).

## Capítulo 2 – Significado, pensamento e realidade (Saeed, 1998, p. 20-28)

Neste capítulo, veremos questões básicas sobre como é que nós podemos usar a linguagem para descrever o mundo. Como é possível, por exemplo, que, ao pronunciar cadeias de sons, eu possa transmitir informação para um ouvinte sobre aquilo que está acontecendo em uma cena, digamos, do lado de fora da minha janela? Claramente, todas as línguas permitem aos seus falantes descrever, ou, como podemos dizer, modelar aspectos daquilo que eles percebem. Rotineiramente, nós selecionamos, por exemplo, indivíduos ou locais vivos como nos exemplos abaixo:

2.1 *Vi **Nelson Mandela** na televisão ontem à noite.*

2.2 *Acabamos de voltar de avião de **Paris**.*

em que *Nelson Mandela* e *Paris* são nomes que nos permitem fazer isso. Na Semântica, essa ação de escolher ou identificar com palavras é frequentemente chamado de **referir** ou **denotar**. Assim, para nos referirmos àquela cidade ou denotá-la, a entidade a que se refere, nesse caso, a cidade, é geralmente chamada de **referente** (ou de um modo mais estranho, ou **denotatum**). Alguns autores como John Lyons (1977, p. 396 - 409) separam os termos **referir** e **denotar**. Para esses autores, *denotar* é usado para a relação entre uma expressão linguística e o mundo, enquanto *referir* é usado para a ação que o falante realiza ao escolher a entidade do mundo. Adotaremos este uso, de modo que, se eu disser "*Um Pardal entrou voando na sala*", estarei usando dois sintagmas nominais, *um pardal* e *a sala*, para me referir a coisas no mundo, enquanto os substantivos *pardal* e *sala* denotam certas classes de indivíduos. Em outras palavras, *referir-se* é algo que os falantes fazem, enquanto *denotar* é uma propriedade das palavras. Uma outra diferença que resulta dessas definições é que a denotação é uma relação estável em uma língua, que não é dependente de nenhum uso da palavra. A referência, por outro lado, é uma relação momento-a-momento: a entidade a que alguém se refere ao usar a palavra *pardal* vai depender do contexto.

Como veremos, os semanticistas abordam esta habilidade de falar sobre o mundo de diferentes maneiras. Duas dessas são particularmente importantes entre as teorias semânticas atuais: podemos chamá-las de **abordagem referencial** (ou **denotacional**) e a **abordagem representacional**. Para os semanticistas adotando a primeira abordagem, esta ação de colocar palavras em relação com o mundo **é** significado, de tal forma que, para fornecer uma descrição semântica para uma língua, precisamos mostrar como as expressões da língua podem se 'engancham' com o mundo.

Assim, as teorias de significado podem ser chamadas **referenciais** (ou **denotacionais**) quando sua premissa básica é que podemos dar o significado de palavras e de sentenças mostrando como elas se relacionam com as situações. Os substantivos por exemplo, são significativos porque eles denotam entidades no

mundo e as sentenças, porque elas denotam situações e eventos. Nesta abordagem, a diferença em significado das sentenças:

2.3 *Tem um cassino na rua Grafton.*

2.4 *Não tem um cassino na rua Grafton.*

emerge do fato de que as duas sentenças descrevem situações diferentes. Se assumirmos que as sentenças foram faladas na mesma hora sobre a mesma rua, então podemos dizer que são incompatíveis, isto é, uma delas é uma descrição falsa da situação.

Para os semanticistas adotando a segunda abordagem, nossa habilidade de falar sobre o mundo depende dos modelos mentais que fazemos dele. Nessa perspectiva, uma língua representa uma teoria sobre a realidade: sobre os tipos de coisas e situações no mundo assim, como veremos em capítulos posteriores, um falante pode escolher observar a mesma situação de maneiras diferentes. Os exemplos 2.5 abaixo nos mostram que, em português, podemos ver a situação como uma atividade (2.5.a) ou como um estado (2.5.b):

2.5 a *Joana está dormindo.*

2.5 b *Joana está adormecida.*

Tais decisões são influenciadas pelas maneiras convencionais que cada língua oferece para se observar uma situação (observar pode ser entendido como a maneira como se interpreta um evento, nesse caso, a constituição interna de uma situação). Podemos comparar as três maneiras de dizer que alguém está resfriado em 2.6-8 abaixo:

2.6 Inglês: You have a cold. 'Você tem um resfriado.'

2.7 Somali: Hargab baa ku haya  
um.resfriado FOCO você tem  
'Um resfriado tem você.'

2.8 Irlandês: Tá slaghdan ort.  
está um.resfriado sobre você  
'Um resfriado está sobre você.'

Em inglês e somali, 2.6 e 2.7, nós vemos a situação interpretada como uma posse: em inglês a pessoa possui a doença; em somali, a doença possui a pessoa. Em irlandês, 2.8, a situação é vista como localização: a pessoa é a localização da doença. Nós veremos tais diferenças em capítulos posteriores. A questão aqui é que diferentes conceitualizações influenciam a descrição de situações do mundo real. As teorias de significado podem ser chamadas **representacionais** quando sua ênfase está no modo como os nossos relatos sobre a realidade são influenciados pelas estruturas conceituais convencionalizadas na nossa linguagem.

Podemos ver essas duas abordagens como focando em diferentes aspectos do mesmo processo: falar sobre o mundo. Nas teorias referenciais, o significado deriva do fato de a linguagem estar ligada a, ou embasada, na realidade. Em abordagens representacionais, o significado deriva de a linguagem ser um reflexo de nossas estruturas conceituais. (...) Essas duas abordagens são influenciadas por ideias da filosofia e da psicologia, e, neste capítulo, revisaremos algumas ideias mais importantes entre essas. Começamos, entretanto, com a linguagem: observando as diferentes maneiras em que a expressão linguística pode ser usada para referir. A seguir, indagamos se a referência é, de fato, todo o significado, e examinamos argumentos de que a referência se baseia em conhecimento conceitual. Aqui nós revisamos algumas teorias básicas sobre conceitos da literatura filosófica e psicológica. Finalmente, discutimos como essas ideias da Filosofia e Psicologia têm influenciado as maneiras que os semanticistas veem a tarefa de descrever o significado.

## 2.2 Referência

### 2.2.1 tipos de referência

Podemos começar a nossa discussão olhando brevemente algumas diferenças principais da maneira como as palavras podem ser usadas para referir. Para os propósitos introdutórios neste capítulo, vamos nos restringir às possibilidades referenciais de nomes e sintagmas nominais, que juntos nós podemos chamar expressões nominais, uma vez que uma expressão nominal é a unidade linguística que mais claramente revela essa função da linguagem. Mais tarde, no Capítulo 10, veremos uma teoria mais desenvolvida de denotação e discutiremos a denotação de outros elementos linguísticos como verbos e sentenças. Nesta parte, discutiremos algumas distinções básicas de referência.

**Expressões referenciais e não referenciais:** podemos aplicar esta distinção de duas maneiras. Primeiramente, há expressões linguísticas que nunca podem ser usadas para referir, por exemplo, as palavras *assim*, *muito*, *talvez*, *sim*, *não*, *tudo*. Essas palavras naturalmente contribuem para o significado das sentenças em que elas ocorrem e, assim, as sentenças a denotar. Porém, sozinhas, elas não identificam entidades no mundo. Diremos que elas são itens intrinsecamente não referenciais. Em contraste, quando alguém pronuncia o substantivo *gato* em uma sentença como “*Aquele gato parece feroz*”, o substantivo é uma expressão referencial uma vez que está sendo usado para identificar uma entidade. Assim, os substantivos são potencialmente expressões referenciais. O segundo uso da distinção referencial/não referencial diz respeito a elementos potencialmente referenciais como substantivos, que distingue entre exemplos em que o falante as emprega para se referir e exemplos e aquelas em que ele não o faz. Por exemplo, o sintagma nominal indefinido *uma colecistectomia* é uma expressão referencial na seguinte sentença:

### 2.9 Executaram uma colecistectomia pela manhã.

onde o falante está se referindo a uma operação individual, mas não em:

## 2.10 Uma *colecistectomia* é um procedimento sério.

onde a expressão nominal tem uma interpretação genérica. Algumas sentenças podem ser ambíguas entre uma leitura referencial e uma leitura não referencial, como é bem conhecido dos autores de filmes. O nosso herói, na busca de uma mulher desaparecida, recebe os olhares maliciosos, ou ofertas, quando ele diz ao *barman*: “– Estou procurando por uma mulher”. Sabemos, mas o *barman*, não, que o nosso herói não ficará satisfeito pela leitura não referencial.

**Referência constante e referência variável:** uma diferença entre expressões referenciais se torna clara quando observamos como elas são usadas em uma gama de enunciados diferentes. Algumas expressões terão o mesmo referente em vários enunciados, por exemplo, *a torre Eiffel*, ou *o Oceano Pacífico*. Outras têm sua referência totalmente dependente do contexto, por exemplo, os itens em itálico abaixo, nos quais, para identificar os referentes, precisamos saber quem está falando para quem, etc.:

2.11 Escrevi para você.

2.12 Ela a colocou no meu escritório.

Expressões como o *Oceano Pacífico* são, às vezes, descritas como tendo referência constante, enquanto expressões como *eu*, *você*, *ela*, etc., como portadoras de referência variável. Para identificar a quem se refere por meio de pronomes como *ela*, *eu*, *você* etc., obviamente precisamos saber muita coisa sobre o contexto no qual essas palavras são pronunciadas. Onde usaremos o termo dêixis, do grego, que significa aproximadamente "apontar", como um rótulo para palavras cuja capacidade denotacional necessita tão obviamente de apoio contextual ponto na verdade, entretanto os nossos exemplos até então são os casos extremos. Como veremos no Capítulo 7, a maior parte dos atos de referência dependem de alguma informação contextual: por exemplo, para identificar o referente da expressão nominal *o presidente do Brasil*, precisamos saber quando ela é pronunciada.

**Referentes e extensões:** Até aqui, temos olhado diferenças referenciais entre expressões. Também podemos fazer distinções úteis entre as coisas às quais se referem por meio de uma expressão. Usamos o termo **referente** de uma expressão para coisa selecionada ao se pronunciar a expressão em um contexto particular; de modo que o referente de *a capital da Nigéria* seria, desde 1991, a cidade de Abuja. Do mesmo modo, o referente de *um sapo* em “*Acabei de pisar em um sapo*” seria o animal desafortunado debaixo do meu sapato.

O termo **extensão** de uma expressão é o conjunto de coisas que têm o potencial para ser referente daquela expressão. Assim, a extensão da palavra *sapo* é o conjunto de todos os sapos. Como mencionado anteriormente, na terminologia de Lyons (1977), a relação entre uma expressão e sua extensão é chamada de **denotação**.

Como mencionamos, nomes e sintagmas nominais, que juntos podemos chamar de expressões nominais, são o caso paradigmático de elementos linguísticos usados para referir. Nas próximas sessões, delinearemos algumas das principais maneiras em que as expressões nominais são usadas para referir. (...)

### 2.2.2 Nomes

Os casos mais simples de expressões nominais que têm referência podem parecer ser os nomes. Afinal de contas, são rótulos para pessoas lugares etc. e, frequentemente, parecem ter pouco ou nenhum significado. Além disso, não parece ser razoável perguntar o que é o significado de Karl Marx, além de nos ajudar a falar sobre um indivíduo. Naturalmente, o contexto é importante no uso de nomes: os nomes são definidos por carregarem a suposição do falante de que sua audiência pode identificar o referente. Assim, se alguém lhe diz:

2.13 *Ele é a cara do Eddie Murphy.*

O falante está assumindo que você pode identificar o comediante americano.

Mas mesmo garantindo que o que o falante esteja certo, como os nomes funcionam? Isto, como a maior parte das questões em Semântica, acaba não sendo uma questão simples como parece ser e podemos brevemente olhar algumas sugestões da literatura filosófica.

Uma abordagem importante pode ser denominada a **Teoria da Descrição**, associada em várias formas com Russel (1967), Frege (1980) e Searle (1958). Aqui, um substantivo é tomado como um rótulo ou uma abreviatura do conhecimento sobre o referente, ou, na terminologia dos filósofos, a uma ou mais descrições definidas. Assim, para *Christopher Marlowe*, por exemplo, podemos ter descrições como 'o autor da peça Doutor Fausto' ou 'o dramaturgo elizabetano assassinado em uma taverna'. Nessa teoria, tanto entender o nome quanto identificar o referente dependem da associação do nome com a descrição correta.

Uma outra explicação, muito interessante, é a **Teoria Causal**, defendida por Devitt e Sterelny (1987) e baseada nas ideias de Kripke (1980) e Donellan (1972). Essa teoria é baseada na ideia de que os nomes são herdados socialmente ou tomados emprestados. Em algum ponto original, ou pontos originais, um nome é dado, digamos, a uma pessoa, talvez em uma cerimônia formal. As pessoas de fato presentes nesse evento começam a usar o nome e, daí para frente, dependendo do destino da pessoa nomeada e desse grupo original, o nome pode ser passado adiante para outras pessoas. No caso de uma pessoa que alcança alguma proeminência, o nome pode ser usado por milhares ou milhões de pessoas que nunca encontraram ou viram a pessoa nomeada originalmente, ou sabem muita coisa a respeito dele. Assim, os usuários do nome formam um tipo de cadeia que vai de volta até a nomeação original ou **embasamento**. Este é um resumo muito simplificado dessa teoria: por exemplo, Devitt e Sterelny (1987, p.66ff) argumentam que em alguns casos, um nome não se prende a um único embasamento. Ele pode surgir de um período de uso repetidos. Há nomes competindo e um vence. Quando, ou podem ser cometidos erros que são subsequentemente fixados pela prática pública. A grande

vantagem da teoria causal é que ela reconhece que os falantes podem usar nomes com muito pouco conhecimento do referente. É fácil pensar em exemplos de figuras históricas sobre cujos nomes podemos discutir de maneira impressionante, mas, para tristeza da nossa educação, sobre quem nós teremos muita dificuldade em dizer algo factual.

Assim, onde a teoria causal destaca o papel do conhecimento social no uso de nomes, a teoria da descrição enfatiza o papel do conhecimento identificador. (...) a importância desse debate é que o tratamento escolhido para os nomes pode ser estendido para outras expressões nominais como os **tipos naturais**, um termo na filosofia da linguagem para substantivos que se referem a classes que ocorrem na natureza, como *girafa* ou *ouro*.

Saeed, J. (1998). *Semantics*. Blackwell. Trad. informalmente por Cida Araújo